

Dano corporal em Direito Civil: obra ajuda na atribuição de indemnizações

Número de Documento: 8556729

Coimbra, Portugal 16/07/2008 20:03 (LUSA)

Temas: Leis, Justiça e direitos, Universidades

Coimbra, 16 Jul (Lusa) - Um manual de instruções para quem lida com a avaliação do dano corporal em Direito Civil, para aproximar as indemnizações dos padrões europeus, é a função atribuída a uma obra a lançar quinta-feira em Coimbra.

"É uma perspectiva diferente do terreno pantanoso em que nos movíamos", declarou à agência Lusa o juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Joaquim de Sousa Dinis, que irá apresentar a obra "Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil", coordenada por Duarte Nuno Vieira e José Alvarez Quintero.

Segundo o magistrado, os "pilares da mudança" foram uma lei publicada há um ano e uma portaria no passado mês de Maio, que tornam mais pertinente a obra, pois só a partir de agora é que se poderá começar a verificar resultados da aplicação prática desse novo paradigma.

"Já se pagavam às seguradoras prémios a nível europeu, mas pagavam-se indemnizações miserabilistas", observou, frisando que havia juízes que "atribuíam indemnizações díspares", pela falta de regras claras quanto ao cálculo do dano.

Saber se a vida de um sábio deve ser calculada de forma diferente da de uma criança, sobre o 'quantum doloris', o prejuízo estético, o dano futuro ou incapacidade sexual são questões que obtêm resposta com a publicação da Tabela Nacional de Incapacidades Permanentes para Direito Civil, que entrou em vigor em Janeiro passado.

No entendimento do juiz conselheiro Joaquim de Sousa Dinis, esta obra, coordenada por Duarte Nuno Vieira e José Alvarez Quintero, é "um manual de instruções" para quem vai lidar pela primeira vez com estas questões e um apoio importante para departamentos jurídicos de seguradoras, advogados das partes e juízes.

Duarte Nuno Vieira, presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), explicou à agência Lusa que a obra é um conjunto de reflexões produzidas pelo grupo de trabalho luso-espanhol que elaborou a nova Tabela de Incapacidades Permanentes para Direito Civil, do qual fizeram parte, além dos coordenadores, os especialistas Teresa Magalhães, Jorge Costa Santos, César Borobia, Amorim Monteiro, Javier Alonso e Eugénio Laborda.

"Faz a actualização doutrinária que se impunha" e aborda problemas específicos como o nexo de causalidade, o 'quantum doloris', a dor em criança e idosos ou como deve ser elaborado um relatório pericial, referiu.

Num texto introdutório inserido na publicação, os autores referem tratar-se de "reflexões singelas, mas que podem interessar a todos quantos se iniciam nos caminhos complexos da peritagem de avaliação de danos corporais em Direito Civil".

"Pretende-se com a sua publicação assinalar a publicação da Tabela Nacional para o Direito Civil e a criação da competência em avaliação do dano corporal", acrescentam.

Segundo os coordenadores, "nos últimos 20-30 anos as perícias médico-legais de avaliação do dano corporal passaram das simples respostas aos quesitos formulados pelas partes, a exames periciais cada vez mais completos e fundamentados e dando uma resposta mais adequada ao princípio da avaliação e reparação integral dos danos vigente em Direito Civil".

Recentemente - acrescentam - foram dados "dois passos profundamente significativos": "A entrada em vigor da primeira Tabela Nacional de Incapacidades Permanentes para Direito Civil, inspirada na também recente Tabela Médica Europeia. O outro foi a criação no seio da Ordem dos Médicos da Competência em Avaliação do Dano Corporal, dando corpo a um dos aspectos claramente assinalados na Recomendação de Trier, de 2000".

"Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil", com a chancela da Imprensa da

Universidade de Coimbra, será apresentada quinta-feira, em Coimbra, pelo juiz conselheiro Joaquim de Sousa Dinis, numa sessão presidida pelo secretário de Estado adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues.

FF.

Lusa/Fim